

# opinião

opinioao@jornaldocomercio.com.br

## / PALAVRA DO LEITOR

### Arroz

O governo federal terá trabalho para contornar os estragos políticos causados pelos movimentos em torno dos polêmicos leilões de importação de arroz. O primeiro foi cancelado, mas ainda há a intenção por parte da União em importar até 1 milhão de toneladas (**Jornal do Comércio**, 13/06/2024). O Brasil conviveu muito bem com a política de estoques reguladores enquanto foi aplicada. Concordo com os motivos apresentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O governo está sendo chamado para socorrer a todas as atividades econômicas. *(Luiz Carlos Bicca Marques)*

### Aviação

A Base Aérea de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, começou a receber voos comerciais no fim do mês de maio. A operação continuará enquanto o Aeroporto Salgado Filho estiver fechado (**JC**, 28/05/2024). Achei excelente providência a alternativa de utilizar a Base Aérea de Canoas. *(Emanuel Robertson Tenório Bandeira)*

### Aviação II

Recentemente tive um grave problema com a TAP. Tinha retorno direto de Lisboa a Porto Alegre em 4 de maio, dia em que o Salgado Filho fechou. Fui obrigado a ficar em Lisboa 12 dias a mais e depois ir ao Rio de Janeiro e Florianópolis, ambos trechos de avião, a Osório, de ônibus, e, finalmente, Porto Alegre. Mesmo a TAP tendo uns 10 voos para o Brasil diariamente, só consegui, depois de muita briga, retornar em 16 de maio. Em Lisboa, não tive a menor atenção da TAP. Lá, gastamos com manutenção básica um valor aproximado de R\$ 20 mil. *(Adriano Ramos)*

### Guaíba

É preciso discutir o Guaíba e sua estrutura única. A definição quanto a sua verdadeira natureza tem aspectos importantes para sua preservação. Não se pode esquecer que, nos séculos mais recentes, já foram oito enchentes (coluna de Jaime Cimentí, caderno Viver, **JC**, 14/06/2024). Finalmente alguém tocou no ponto nevrálgico que se chama “O Guaíba pede um D.R.” Estas palavras deveriam retratar todos nós para a necessidade de que, antes de qualquer outra experiência desastrosa, é preciso resgatar o Guaíba. *(Alzir Cogorni)*

### Lago ou rio?

Há mais de 60 anos aprendi no colégio que ilha é uma porção de terras cercada de águas por todos os lados e que lago é uma porção de águas cercada de terras por todos os lados. Contudo, há um viés que insiste em querer mudar a geografia e as enciclopédias dizendo que o Guaíba é um lago. Ora, lago não tem correnteza, e o rio Guaíba recebe água dos afluentes Sinos, Caí, Jacuí, Gravataí e Taquari. *(Edgar Granata)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

## / ARTIGOS

### De quem é a culpa?

Suzana Vellinho Englert

Peço desculpas ao caro leitor. Diferentemente do que o título possa dar a entender, este artigo não é sobre apontar o dedo a alguém. Pelo contrário, é sobre colocar a mão na consciência – na minha e, quem sabe, na sua.

A vantagem de não ter nascido ontem é a capacidade de lembrar. Até agora, a grande referência de eventos climáticos foi a cheia de 1941. Lá se vão 83 anos de comparações com o fato que marcou gerações e mudou os rumos de Porto Alegre e outras cidades.

Alguém duvida que, a partir de agora, o grande marco de catástrofes naturais será 2024? Com o impacto de 90% dos municípios gaúchos, estamos diante de um fenômeno absolutamente paradigmático, que precisa ser avaliado em toda sua excepcionalidade. Caso contrário, o risco de cometermos injustiças é imenso.

Além de ter arrasado comunidades inteiras, as enchentes estão fazendo, por exemplo, o Aeroporto Salgado Filho – administrado por uma das mais competentes empresas multinacionais do setor – fechar suas portas até dezembro. Do mesmo modo, prédios erguidos por construtoras renomadas estão igualmente interditados. Muito mais do que discutir eventuais problemas de gestão, nossa energia deve estar em construir soluções diante de uma nova e dura realidade.

O prefeito de Porto Alegre tem buscado fazer o melhor, assim como outros prefeitos, o governador, os servidores e tantas outras lideranças. Nós todos, como sociedade, estamos fazendo tudo que

está ao nosso alcance – milhares de heróis anônimos se dedicaram a ajudar de maneira incansável e inspiradora. A sinergia dos resgates que salvaram vidas precisa seguir para a retomada.

A posição de crítico que algumas pessoas assumem se revela em passividade, enquanto a posição do colaborativo é propor soluções. Estamos propondo a resolução de um sistema. Não igual ao que era, mas, mediante as circunstâncias, de avaliarmos os parâmetros mais evoluídos dos que os vividos na enchente de 1941 e fazermos diferente. Afinal, que consciência social e ambiental queremos e devemos ter?

Antes de antecipar debates eleitorais ou aderir à sanha condenatória digital, sigamos trabalhando juntos. Além de inócuo – e, por vezes, injusto –, apontar culpados nos trava naquilo que é mais relevante neste momento: reconstruir, aprender, ter empatia e reinventar.

O ano de 2024 jamais será esquecido pela tragédia. Que seja também lembrado por ter sido um ano em que evoluímos tanto em nossa preparação para fenômenos naturais quanto em nossa capacidade de trabalhar juntos pelo interesse de todos.

*Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA)*

Alguém duvida que, a partir de agora, o marco de catástrofes naturais será 2024?

### Condição necessária

Felipe Garcia

A conjugação da interrupção do fluxo da produção com as perdas de patrimônio e capital de famílias e empresas gerará impactos negativos na economia gaúcha de todas as ordens. O desafio posto para políticas públicas de recuperação é sem precedentes.

As ações de recuperação anunciadas até agora visam, majoritariamente, a sanar a interrupção do fluxo dos negócios. Os diversos programas de crédito trazem fôlego de curto e médio prazo ao caixa das empresas, mas exigirão plena recuperação dos negócios para quitação das obrigações logo adiante. Ações que envolvem transferência de renda para famílias atingidas servem apenas de módico complemento financeiro face ao montante necessário para restauração dos bens destruídos. Empregos bons e estáveis serão fundamentais para restauração patrimonial das famílias. Está claro que a efetividade das políticas em marcha dependerá da recuperação eco-

nômica do estado.

Há, neste cenário, uma condição imperiosa para o crescimento econômico gaúcho no longo prazo: o aperfeiçoamento, ou mesmo redesenho, do sistema de proteção contra enchentes e enxurradas nas regiões de maior risco. Quando olhamos para a pesquisa que relaciona economia com desastres naturais aprendemos que a expectativa em relação ao risco de novos eventos trágicos é peça-chave para a composição de novos equilíbrios espaciais da produção. Em outras palavras, a realização de futuros investimentos privados passa pela expectativa de que o estado contará com o que há de melhor em termos de tecnologia para o enfrentamento dos agravos de outros desastres. Sem isso, é mesmo possível que haja migração de empresas (e pessoas) para outras localidades de menor risco.

Em países ricos, a resposta dada para desastres naturais tende a ser justamente o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção. Já em países pobres ou de renda média, como o nosso, a resposta se limita ao que já está sendo feito: apoio de reconstrução. Como se já não bastasse a crise fiscal crônica e o envelhecimento populacional do nosso estado, eis nosso novo desafio.

*Professor de economia na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)*